



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA
JUSTIÇA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DO BRASIL

ATA DA REUNIÃO DO CONSEJ – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO BRASIL, realizada em Foz do Iguaçu, nos dias 11 e 12 de agosto de 2014

Às 10,00 (dez horas) do dia onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, nas dependências do Hotel Recanto, situado em Foz do Iguaçu, Paraná, realizou-se a reunião ordinária do CONSEJ – Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária do Brasil, sob a Presidência da Dra. Maria Tereza Uille Gomes, Secretária da Justiça do Estado do Paraná e com a presença dos titulares ou representantes das seguintes unidades federadas: AL; BA; CE; DF; ES; GO; PA; PB; PE; PR; SE; SC e RJ, para deliberar sobre a seguinte pauta: **Anexo I**. Aberta a reunião que contou com a presença do Dr. Renato de Vitto, Diretor Geral do DEPEN/MJ; do Dr. JACSON.... e da Dra. LÉLIA SANCHEZ, Procuradora da República no Estado do Paraná, a Presidente, não havendo manifestações em contrário, deu como aprovada a Ata da reunião anterior, e em seguida solicitou a leitura do Estatuto do CONSEJ com as alterações procedidas, para que se possa efetivar o registro junto ao Cartório competente, bem como ter o CNPJ, visando à possibilidade de convênios e parcerias com entidades públicas e privadas. Após discussões, foram aprovadas modificações ao Estatuto conforme se vê no **Anexo II**. Estatuto de fundação do CONSEJ. Também, para a devida formalização dos registros, foi eleita a Diretoria e Conselho Fiscal conforme consta no **Anexo III**. Na sequência foram procedidas apresentações por parte do IMM – Instituto Mundo Melhor, apresentando as salas para inclusão dos encarcerados, o que está sendo feito inicialmente na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa e na Penitenciária Feminina do Paraná, com possibilidade de extensão a outros estabelecimentos e também outras unidades da federação. As oportunidades que são oferecidas possibilitam mais de 90 opções de cursos na área de línguas, informática, administração, empreendedorismo, saúde e bem-estar, o que enseja a redução parcial da pena para aqueles que participam. A cada 12 horas de cursos realizados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é reduzido um dia na pena. O Diretor da Faculdade União de Ponta Grossa discorreu sobre o Projeto e a forma de validação dos cursos feita pela Faculdade referida, em parceria com o IMM. A seguir o servidor Fabiano Bonifácio, da SEJU/PR, procedeu a apresentação do site do CONSEJ, sendo que foram indicadas sugestões, e o referido servidor e o representante do Pará, Dr. André Cunha ficaram de dar versão final ao site em questão que contemplará todos os documentos do CONSEJ, inclusive de reuniões havidas desde os registros históricos obtidos que remontam ao ano de 1982. A Presidente passou a palavra ao Dr. Renato de Vitto, Diretor do DEPEN/MJ o qual procedeu a apresentação acerca da situação prisional brasileira, dizendo que o DEPEN está ultimando os dados para ampla divulgação, mas que, em estudos preliminares a população carcerária em dezembro de 2013 pode-se registrar em torno de 582.934 presos, com uma taxa de 290 presos por 100 mil habitantes, registrando um déficit de vagas de 220 mil, e uma taxa de ocupação de 166%. Deu ênfase ao SISDEPEN, sistema de informações do DEPEN/MJ e acredita que em torno de 30 dias a situação estará normalizada, colocando-se todos os dados no site. Aludiu à reformulação dos indicadores para dar mais visibilidade e transparência às informações. Prestou informações também quanto a situação do FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional e aos projetos em andamento no DEPEN. A Presidente, o Superintendente do Pará e o Presidente da CELEPAR fizeram uso da palavra e este último deu informações a respeito do



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA
JUSTIÇA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DO BRASIL

BI - Business Intelligence, e a forma de se obter informações no Estado do Paraná, colocando-se à disposição das unidades federadas. Pelas exposições ficou assentado que o CONSEJ e o DEPEN irão proceder a troca de informações para o cadastro nacional dos presos o que possibilitará maior facilidade na gestão da informação no país, com maior clareza para a tomada de decisão quanto à disponibilização de recursos necessários à melhoria do sistema penal brasileiro nos estados. Para tanto formou-se Grupo de Trabalho composto pelos seguintes estados: PR – AL – GO – DF e ES os quais se reunirão com a direção do DEPEN em Brasília para formalização dos indicadores e futuramente procederão a assinatura de um termo de cooperação técnica, viabilizando esse intercâmbio de informações. O CONSEJ já dispõe de um sistema próprio de informações prisionais, desenvolvido pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, com dados sobre a vida prisional de apenados de 22 estados brasileiros. O compartilhamento de informações vem sendo estudado tanto pelo Consej quanto pelo Depen Nacional. O sistema de informações prisionais para todo o país foi definido como prioridade pelos dois órgãos, que decidiram pela realização da reunião conforme exposto. A Presidente falou quanto a realização do Congresso em Vitória/ES, patrocinado pela OAB/ES, oportunidade na qual foram discutidas medidas concretas a respeito do desencarceramento, elegendo-se num primeiro momento como público alvo as mulheres encarceradas. Aludiu também à audiência pública a ser realizada em Brasília, patrocinada pelo CNPCP para elaboração da minuta do Decreto de 2014, oportunidade na qual pretende apresentar algumas sugestões que foram lidas e ratificadas pelo CONSEJ e que integram o **Anexo IV**. Referidas propostas constarão do site do CONSEJ para conhecimento geral. A Presidente enfatizou a necessidade de os Estados atualizarem os dados que são remetidos ao setor de informações da SEJU/PR para construção do BI/SIGEP/Brasil. Antes do término da reunião, todos os presentes conheceram a experiência que vem sendo realizada no Paraná em parceria da SEJU com instituições governamentais e da sociedade civil organizada, ou seja, o Patronato Municipal de Foz do Iguaçu, que beneficia centenas de egressos do sistema penal e seus familiares, por meio de capacitação profissional e reinserção no mercado de trabalho. Trata-se de um trabalho em parceria com a prefeitura municipal, instituições sociais e empresariais locais. Finalmente a Presidente mandou proceder a leitura da Carta de Foz do Iguaçu para discussões e aprovação, o que ocorreu, estando referida Carta vazada nos termos que seguem: **CARTA DE FOZ DO IGUACU** - Reunidos em Foz do Iguaçu, no período de 11 e 12 de agosto de 2014, os membros do CONSEJ - Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, por seus titulares e representantes das seguintes unidades federadas: AL; BA; CE; DF; ES; GO; PA; PB; PE; PR; SE; SC e RJ, DELIBERARAM: **1.** Formalizar a instituição do Conselho acima identificado, com modificações estatutárias, para o devido registro em Cartório de Títulos e Documentos, visando identidade jurídica, também com a constituição do CNPJ – Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, o que ensejará convênios e parcerias com entes públicos e privados. **2.** Enfatizar a necessidade de todas as Unidades da Federação aderirem ao Cadastro Nacional de Pessoas Privadas de Liberdade, em parceria com o DEPEN/MJ – Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Tal situação deverá propiciar radiografia completa da situação carcerária brasileira. **3.** Encaminhar o DEPEN/MJ os indicadores mínimos para o referido Cadastro Nacional de Presos – CNP. Para tanto, fica constituído GT – Grupo de Trabalho que se reunirá no dia 14 de agosto de 2014, na sede do DEPEN/MJ, em Brasília, a fim de uniformizar e concluir os indicadores respectivos. Referido Grupo será composto pelos titulares ou representantes dos seguintes estados: AL –



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA
JUSTIÇA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DO BRASIL

DF – ES – GO e PR. 4. Envidar esforços para que propostas de desencarceramento venham a ocorrer, elegendo como público inicial as mulheres encarceradas. Contatos deverão se efetivar com s Conselhos adiante referidos para que, junto às inspeções, possam desenvolver medidas concretas que possibilitarão desafogo ao encarceramento feminino: 1. CNJ – Conselho Nacional de Justiça; 2. CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público; 3. CONDEGE – Conselho Nacional de Defensores Gerais; 4. CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; 5. FONACOPEN – Forum Nacional de Conselhos Penitenciários Estaduais e 6. COASC - Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário do Conselho Federal da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. 5. Estabelecer indicadores objetivos de ressocialização a partir dos dados extraídos do atestado de pena a cumprir para visando contribuição ao Projeto Começar de Novo do CNJ. 6. Aplaudir o formato de assistência ao egresso conforme vem sendo realizado pelo Patronato Municipal de Foz do Iguaçu. 7. Finalmente, expressar os cumprimentos aos Professores integrantes do Sistema Prisional do Paraná pelos trabalhos que vem sendo desenvolvidos e pela excelência da realização do II Seminário Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná, que está sendo realizado na cidade de Foz do Iguaçu, no período de 11 a 15 de agosto de 2014. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, convidando-se todos os integrantes para a abertura do Seminário Estadual sobre educação nos presídios do Paraná; conhecimento da ITAIPU, no dia seguinte, e participação na sequência do Seminário.

MARIA TEREZA UILLE GOMES

Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária do Brasil
